



Congrega

Urcamp 2016

A CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO PARTICIPATIVA EM ESCOLAS: UM ESTUDO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ESTADUAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM SANTANA DO LIVRAMENTO NO COMBATE A EVASÃO ESCOLAR.

RESUMO

Este artigo tem por finalidade, realizar um breve estudo da contribuição do assistente social no planejamento escolar no que tange as ações das entidades educacionais de caráter público no município de Santana do Livramento-Rs, a reduzirem seus índices de risco social como a evasão escolar e os seus fatores resultantes. Através de uma pesquisa exploratória de cunho breve e bibliográfico, foi possível aprofundar o estudo das principais abordagens do objeto em questão como: Planejamento Escolar, atribuições do diretor escolar, assistente social e suas competências, entre outros tópicos em questão. Seguindo de um estudo descritivo de cunho qualitativo, pois possível caracterizar as variáveis a serem dimensionadas, com o uso de uma pesquisa de campo, o universo foi de 11 escolas públicas no município em análise sendo possível aplicar uma entrevista no modelo semi- estruturado aos diretores das entidades escolares e para um assistente social responsável na referida cidade em estudo, onde foi possível identificar as inúmeras variáveis por parte dos diretores em planificar e instrumentalizar suas ações na redução dos índices de risco social nas escolas como a evasão dos estudantes, no mesmo âmbito, foi possível evidenciar práticas importantes para a efetiva ação das escolas que em seus propósitos, a gestão participativa busca o diálogo de diversos agentes para a resolução se seus projetos e alcance de seus resultados.

PALAVRAS CHAVE: Gestão Escolar, Gestão Participativa, Assistência Social, Diretor, Assistente Social e Orientador Educacional e Evasão Escolar .

INTRODUÇÃO

A sociedade na conjuntura presente, pautada pela economia, tecnologia e comunicação, apresenta-se em uma intensa dinâmica social influenciadas pela globalização. Ao mesmo tempo, constituem-se em oportunidades culturais estimulantes e interessantes a todos atores envolvidos nas organizações, assim como os desafios em colocar seus projetos na prática. Nesse contexto, a educação se torna estrategicamente fundamental, como metodologia e instrumento na ação contínua e permanente, estimulando as instituições a promoverem, a necessidade de reinventarem-se e melhorarem suas competências.

Novos desafios, cenários e exigências são presentes as realidades dos educandários, que recebem a missão de formar cidadãos com capacidade de não somente enfrentar estas perspectivas, mas também de transpô-los. Como



Congrega

Urcamp 2016

contingência desta reflexão, trabalhar em educação, de modo a atender as demandas e expectativas de uma sociedade voltada para seu aperfeiçoamento cidadão e profissional, torna-se imprescindível, pois a realidade é ter conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para realizá-las nos contextos educacionais, ou ser um agente dos ajustes às mudanças de acordo com as necessidades e perspectivas emergentes no contexto macro e micro ambiental das escolas. Para a sociedade, a essência da educação e os objetivos da escola ganham uma conotação mais ampla, complexa, multifatorial e dinâmica e, em consequência ao trabalho daqueles que atuam nesse meio.

O objetivo geral da comunidade educacional desvenda-se, portanto, ao de se estabelecer uma comunidade de ensino efetivo, onde predomine o coletivo e seus propósitos em comum, não somente o legado em ensinar de acordo com o saber produzido socialmente, mas o de aprender, norteado aos princípios de contínua construção do conhecimento, oportunizando um ambiente para desenvolvimento dos alunos, professores, colaboradores e é claro, os gestores. O conhecimento da realidade ganha novas perspectivas: a organização do projeto político-pedagógico da escola e o seu currículo; o papel da escola e o desempenho de seus profissionais, que devem renovar-se e melhorar sua qualidade continuamente, tendo o aluno como centro de toda a sua atuação.

A partir de breves pesquisas bibliográficas e documentais com base em registros em artigos publicados em sítios da internet, motivou-se a dissertar sobre o papel do assistente social no contexto da gestão escolar, bem como, este profissional pode contribuir no planejamento das entidades escolares no que tange, a melhorar suas ações com a sociedade na redução de seus indicadores como a redução da evasão escolar, melhoria das relações entre as famílias, inclusão entre outros aspectos, sendo assim, como este profissional com a compreensão de suas atribuições técnicas e comportamentais pode auxiliar os gestores na melhoria de seus resultados corporativos.

A ESCOLA

Parafraseando LÜCK (2009,21.p) A escola pode ser compreendida como instituição social consolidada pela sociedade para cultivar e transmitir valores



Congrega

Urcamp 2016

sociais e contribuir para a formação de seus discentes, por intermédio de experiências e práticas de aprendizagem e ambiente educacional condizentes com os princípios e objetivos educacionais. O seu ambiente é de relevante importância para o desenvolvimento de aprendizagens que possibilitem aos alunos conhecerem o mundo, como condição para o crescimento de sua capacidade de atuação cidadã.

A qualidade do ambiente escolar, determina a qualidade do processo pedagógico da sala de aula e esta é determinada por uma série de cuidados, dentre os quais, como destaca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: A elaboração e execução de sua proposta pedagógica; A administração de seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; O cumprimento dos 200 dias letivos e correspondentes 800 horas-aula estabelecidos; O cumprimento do plano de trabalho de cada docente; a recuperação dos alunos de menor rendimento; A articulação com as famílias e a comunidade, e a criação de processos de integração da sociedade com a escola; A informação aos pais sobre a frequência e rendimento dos alunos (LDB, Art. 12).

O SIGNIFICADO DA GESTÃO ESCOLAR

Conforme LÜCK (2009), Gestão escolar é definido como a condução da dinâmica cultural da escola, alinhada com as políticas educacionais públicas e suas diretrizes para a implementação dos projetos político-pedagógicos, com os princípios da democracia e os métodos que organizem condições para um ambiente educacional autônomo. Também deve ser estimulada a participação, o compartilhamento da tomada de decisões conjunta e sua efetivação de resultados acompanhando sua avaliação com retorno de informações.

A gestão escolar constitui uma abordagem de atuação em educação, que objetiva promover o planejamento, a organização, a direção e o controle, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais, tecnológicas, humanas e financeiras necessárias para zelar o avanço dos processos sócio educacionais das instituições educacionais. Orientados por uma efetiva aprendizagem dos alunos, objetiva torná-los capazes de enfrentar e atuar de maneira adequada, diante aos desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no saber. Por efetividade entende-se, na realização de objetivos avançados, em acordo com as novas necessidades de transformação de caráter



Congrega

Urcamp 2016

sócio econômico, mediante a dinamização do talento humano, sinergicamente organizado, e seus esquemas decisórios devem ser viáveis e fundamentem os melhores resultados possíveis para a organização levando-se também a questão da escassez de recursos.

A gestão escolar portanto, constitui uma dimensão fundamental para a educação, uma vez que por seu intermédio, se observa a escola e os problemas educacionais de maneira sistêmica e global, buscando, pela visão estratégica e as ações coesas e interligadas, abranger suas dimensões e perspectivas.

GESTÃO PARTICIPATIVA

[...] participação é um meio de alcançar os objetivos educacionais esperados, mas adverte que é necessária a combinação entre a participação e ação, para obter o resultado esperado. Dentro da gestão democrática, a participação é para todos, mas é necessário enunciar que o diretor possui um papel relevante dentro deste processo, pois a tomada de decisão é coletiva, porém a realização desta ação cabe ao diretor, o qual é o representante formal da instituição (NASCIMENTO; SCHNECKENBERG, 2012, p. 12).

O caminho para o alcance dos propósitos permeia ao pensamento sistêmico e coletivo, em prol do bem comum e de todos. Para isso a gestão participativa requer a participação e a mobilização de todos, escola, diretor sendo ator principal neste contexto, orientador educacional, professores, alunos e sociedade na busca de estabelecer as melhores condições necessárias para a oferta de uma educação com qualidade e que atenda as expectativas de mercado e bem estar. Desta maneira, segundo ARAÚJO (1994, p. 31):

A escola que queremos deverá ser uma escola que envolva professores, alunos, orientadores e supervisores, diretores e pessoal de apoio, criando um clima de respeito á realidade, de participação, de liberdade, de amor, integração e vida.

A escola deve proporcionar uma atmosfera para a participação, a divisão das decisões e os rumos que pretende-se estabelecer, para isso o envolvimento das pessoas e o seu grau de compromisso é fator determinante para o sucesso de uma gestão democrática eficiente.

O DIRETOR: Fundamentação, princípios e atribuições



Congrega

Urcamp 2016

Segundo Imbernón (2000, p. 20) APUD a LÜCK (2009,p.19), a capacidade conceitual, envolve o pensamento abstrato, sendo necessária ao diretor capacidade em lidar com a complexidade das dinâmicas humanas, sociais e institucionais que o trabalho escolar envolve. Essa capacidade é desenvolvida a partir de idéias de vanguarda tanto de leituras teóricas como de interpretação de significados, resultante da reflexão suscitada pela prática. “Essas idéias, se constituem no portfólio sobre o qual se alicerça a possibilidade de melhorias na educação sendo elas, a fonte da reflexão que proporcionarão novas ações educacionais”.

Ainda Penin (2001), Uma das competências básicas do diretor escolar é promover na comunidade escolar o entendimento do papel de todos colaboradores em relação à educação e sua função social na escola, por intermédio da adoção de uma filosofia comum e clara de uma política educacional. Havendo unidade e efetividade no trabalho de todos no desenvolvimento dessa concepção, o estudo contínuo de fundamentos, princípios e diretrizes educacionais, definirá seus fins educacionais, organizando e orientando as suas ações.

O ORIENTADOR EDUCACIONAL

Educação Nacional – Lei n. 9.394/96, art. 64 assim se expressa:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996).

Para GRINSPUN (2002) a orientação educacional deve zelar pela coletividade e ter uma abordagem articuladora junto aos colaboradores da escola. “O orientador tem destacada menção aos demais atores da escola para um trabalho pedagógico integrado, compreendendo as relações que se estabelecem no processo educacional” (GRINSPUN, 2002, p. 28). Coloca dessa forma, a necessidade de uma visão sistêmica das dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas ao qual está engajado. Ainda o autor, ressalta o papel do orientador educacional como profissional fundamental e comprometido “[...] a contribuir na educação do aluno em



Congrega

Urcamp 2016

sua formação cidadã e crítica, e a escola, no planejamento, a organização e execução de seu projeto pedagógico”.

O orientador precisa segundo FERREIRA (1998) atuar na escola com mais competência, ou seja, ter conhecimento das abordagens técnicas e científicas, habilidades para colocar seu conhecimento e experiência em práticas e atitudes comportamentais para que o ensino realmente se realize e suas práticas, se efetivem no companheirismo mútuo entre escola, profissionais da educação, estudantes e sociedade.

EVASÃO ESCOLAR

Conforme BRASIL (2015), O Estatuto da Criança e do Adolescente, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

De acordo com NOVA ESCOLA GESTÃO ESCOLAR (2016), instituição que realiza pesquisas sobre as perspectivas no segmento escolar, O problema do abandono dos estudos e da evasão é constante preocupação dos educadores e responsáveis pelas políticas públicas. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a evasão atinge 6,9% no Ensino Fundamental e 10% no Ensino Médio (3,2 milhões de crianças e jovens, segundo dados de 2005). São mais 2,9 milhões (dados de 2007) que abandonam as escolas, aumentando outro índice alarmante: o da variabilidade da idade e séries. São muitas as razões que levam os estudantes a evasão escolar - a necessidade de inclusão no mercado de trabalho, o interesse na escola, dificuldades de aprendizagem, doenças crônicas, deficiências no serviço de transporte escolar, falta de incentivo dos pais ou responsáveis, mudanças de domicílio, violência entre outros. Para serem minimizados, alguns desses problemas dependem de ações do poder público. Outros, contudo, podem ser solucionados com iniciativas tomadas ao longo do ano pelos gestores escolares e suas equipes, que têm a responsabilidade



Congrega

Urcamp 2016

de certificar as condições do ensino e aprendizagem - o que, obviamente, se perde quando os estudantes não frequentam as aulas.

Além disso, conforme Maria Maura Gomes Barbosa, coordenadora pedagógica do Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (Cedac) e consultora de NOVA ESCOLA GESTÃO ESCOLAR (2016), destaca:

"o controle da frequência escolar é necessária para que as instituições escolares possam atender com qualidade e equidade, planejar e organizar a formação e a atribuição das classes e organize as salas e para que o gestor tenha elementos para analisar adequadamente o movimento na instituição e o andamento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos".

Também é levado em consideração o impacto que a evasão provoca no orçamento escolar, já que a distribuição e a manutenção dos investimentos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é instrumentalizada de acordo com o número de estudantes efetivamente matriculados e frequentadores a escola.

Neste contexto, o diretor se depara com problemas de caráter pedagógico. Existindo casos de crianças que deixam de frequentar as escolas por razões de apresentar um desempenho ruim e havendo aquelas que, em situações fortuitas, evadem ou abandonam seus estudos por não serem motivadas, desafiadas e estimuladas. Tais situações requerem uma coalisão com o coordenador pedagógico e a implantação de projetos de formação que auxiliem os professores a ensinar para todos.

Continuando o referido artigo, A equipe gestora deve concentrar esforços para unir e discutir com a comunidade, cartazes, visitas às famílias e meios de comunicação disponíveis para dar um fecho satisfatório às histórias de abandono e evasão. Todas essas ações são artifícios para chegar as famílias e mostrar a elas que as instituições escolares preocupam-se com seus filhos. Se nenhuma dessas resultar em ações efetivas para o regresso de seus estudantes, ainda é possível recorrer ao Conselho Tutelar ou em último caso, ao Ministério sendo este somente em casos extremos.

Neste contexto, o Assistente social, é um agente fundamental para contribuir na gestão participativa nas escolas, partindo do pressuposto que este profissional é capaz de refletir e descrever a dinâmica dos fatores dos problemas



Congrega

Urcamp 2016

sociais e recomendar ações e procedimentos à escola, diretor, orientador educacional, pedagogo e o seu devido alinhamento ao projeto político pedagógico, fazendo às vistas ao objeto ao combate a evasão escolar de seus estudantes. Em uma Gestão Participativa, a escola ganha um aspecto ético-centrico, dando a perspectiva de convergir suas práticas para a discussão e contextualização dos fatores que levam a evasão escolar, logo os profissionais da educação, realizam suas atribuições, entretanto, alguns aspectos técnicos requerem a contribuição de um profissional que compreenda estes fenômenos e os orientem para suas práticas.

O ASSISTENTE SOCIAL

O assistente social se caracteriza como um dos profissionais que possui atributos para intervir na vida cotidiana dos trabalhadores, tanto no âmbito fabril quanto na esfera do seu ambiente doméstico ou de sua vida particular. Assim, ao mesmo tempo em que interfere na reprodução da força de trabalho, por meio da administração de benefícios sociais ou dos “salários indiretos”, exerce o papel de mediador nas relações empregado-empresa, implementando programas integrativos que, abrangendo a família-comunidade, contribuem para a intensificação do controle e do disciplinamento dos trabalhadores, tendo em vista a sua subordinação aos requisitos do processo de valorização. IAMAMOTO (1995, p.10)

A demanda do Assistente social exige uma constante demanda do mercado por profissionais, assim como, a necessidade de soluções e orientações às expressões das questões sociais decorrentes nas organizações escolares. No que diz respeito às expectativas das organizações educacionais e de seus colaboradores sobre a atuação do assistente social, CESAR (1998, p.126) menciona que:

O assistente social, pelo reconhecimento de seu trabalho integrativo, é requisitado para atuar e satisfazer ‘necessidades humanas’, contribuindo para a formação da sociabilidade do trabalhador de modo a colaborar na formação de um comportamento produtivo compatível com as atuais exigências das organizações. Essas exigências sugerem que o Serviço Social é considerado, um instrumento promotor da adesão do trabalhador às novas necessidades destas. Para tanto, refuncionalizam suas demandas profissionais sob o ‘manto’ da inovação e da modernidade. (CESAR, 1998, p.126)

IAMAMOTO (1998), em seu estudo sobre a análise do perfil do assistente social na contemporaneidade, destaca três competências mínimas para exercício profissionais no contexto da sociedade atual, sendo estas:



Congrega

Urcamp 2016

Competência ético-política destaca a inexistência de neutralidade da ação profissional, tal como a ação humana em geral. Neste contexto, considera-se a correlação de forças sociais e de poder que regulam o mundo do trabalho, fazendo-se necessário ao assistente social, adotar uma postura ético-política que o possibilite ter clareza de seu papel e direção social em suas ações. Segundo lamamoto (1998), a concretização dos princípios éticos se constituem como principal desafio aos profissionais envolvidos, para tanto, a finalidade é evitar que estes princípios se transformem em indicadores meramente subjetivos e dissonantes ao processo social.

Competência teórica metodológica consiste na formação intelectual, o profissional deve ser capaz de realizar leituras da conjuntura, legitimando-as com a realidade social, política e econômica do ambiente no qual desenvolverá sua prática profissional, diante aos fenômenos sociais, identificando e construindo novas perspectivas.

Competência técnico-operativa o profissional deve conhecer e utilizar-se das habilidades técnicas que permeiam sua formação. Deste modo, o assistente social tenha condições de desenvolver o seu saber, fazer e acontecer profissional em instituições diversas, garantindo uma postura qualificada.

METODOLOGIA

Seguindo os modelos de metodologia do autor MATTAR (2001), Em seu livro pesquisas de marketing, afirma que a metodologia abrange dois campos de dimensionamento. O primeiro sendo classificado no campo Exploratório, que segundo o autor, as pesquisas de caráter exploratório permitem ao pesquisador aprofundar-se ao assunto e suas delimitações, ainda neste sentido, o estudo exploratório é segmentado em pesquisas documentais que neste contexto, decorreu-se na visita a sítios da internet, documentos institucionais, revistas e artigos, também ainda neste sentido a pesquisa bibliográfica representa uma importante contextualização e embasamento científico, neste âmbito, foram feitas de caráter breve o levantamento das principais correntes dos autores selecionados para a construção textual desta pesquisa.



Congrega

Urcamp 2016

Continuando MATTAR (2001) aborda um segundo estudo na metodologia de pesquisa, sendo este nominado estudo Descritivo, o autor afirma que este estudo resulta da necessidade de caracterizar, segmentar e delimitar o objeto de pesquisa e seu universo atribuindo classes ou categorias. Neste contexto as pesquisas descritivas podem ser de cunho qualitativo onde o pesquisador deve descrever os fenômenos resultantes do seu objeto de estudo. Ainda MATTAR (2001), aborda os estudos de campo como uma metodologia resultante do encontro ao objeto de estudo e coletar os dados e informações, para isso na pesquisa foi realizada nas escolas públicas da rede de ensino do estado do município de Santana do Livramento-RS que se enquadraram no plano amostral.

Conforme LAKATOS E MARCONI (2001) o uso do instrumento de pesquisa é determinante para a coleta e análise dos dados, neste âmbito, foi escolhido a entrevista com padrão semiestruturado, conforme o autor, permitem a facilidade para o pesquisador tabular sua pesquisa, pelas questões serem abertas e assim permitir com que inferencie maiores elementos para sua análise, resultando em padrões de respostas e aspirações que a população pesquisada possa expressar.

Quanto ao universo e plano de amostragem, ficou delimitado as Escolas Públicas de Ensino Estaduais do Município de Santana do Livramento-Rs, onde a base partiu em registros na 19ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação) o universo de 11 instituições de ensino público. Aplicou-se a entrevista, a Cinco instituições aos diretores ou responsáveis pela gestão das escolas, sendo assim, estatisticamente o plano amostral representa 45 % da população em estudo aproximadamente. Também optou-se aplicar o instrumento de pesquisa a um assistente social para que houvessem elementos comparativos entre o profissional e a comunidade escolar. Finalmente para a tabulação dos dados, usou-se planilhas eletrônicas e editor de textos para a formatação do referido artigo.

ANÁLISE DOS DADOS

Com base no modelo de uma entrevista semi estruturada, a pesquisa de campo deu-se início sendo aplicada a cinco instituições de ensino da rede de escolas públicas estaduais, o universo identificado na 19ª Coordenadoria



Congrega

Urcamp 2016

Regional de Educação foi de onze escolas, e isto representa uma amostra de 45% (quarenta e cinco por cento) do universo delimitado.

A primeira questão da entrevista foi o tempo de atuação na área da educação, inferiu-se um campo de profissionais com experiência destacando uma média de aproximadamente 28 anos entre os responsáveis pela gestão escolar dos educandários, alguns também são jovens o que representa uma oportunidade de uma visão mais contemporânea para as discussões a cerca do assunto difundido.

A segunda questão levantada foi o tempo de atuação diante a gestão escolar, foram ouvidos diretores, orientadores educacionais e supervisores e a média foi de 2,5 anos de atuação nas escolas visitadas;

No que tange a gestão escolar, em grande maioria, definem que a gestão escolar abrange um conjunto de ferramentas administrativas voltadas para o alcance dos objetivos nas instituições de ensino, outros que definiram que é o uso de fundamentos gerenciais com base em uma atuação participativa mobilizando os profissionais para o alcance de seus resultados, o que infere a compreensão dos princípios fundamentais da administração como planejar, organizar, dirigir e controlar;

Na compreensão do papel do assistente social na área da educação afirmam em maioria que este profissional exerce um papel de mediador nas relações entre as famílias, estudantes e a escola no que tange a conciliação dos riscos sociais que possam decorrer. Já na demanda das escolas pelo assistente social, houveram muitas divergências, uns afirmando que já necessitaram da ajuda de um assistente social ou de um conselho tutelar para atender as famílias, outras que raramente demandaram de um assistente social buscando conciliar internamente as ocorrências nas escolas;

Com base na entrevista, foram levantados os principais fatores resultantes da evasão escolar. Em suas respostas algumas puderam ser destacadas: Como problemas familiares resultantes da separação dos pais, brigas e alimentação como fator principal da evasão escolar, seguido de problemas com a mobilidade e transporte de estudantes, destacada pelas escolas visitadas e mercado de trabalho como terceiro fator apesar de ser destacada na maioria dos



Congrega Urcamp 2016

entrevistados, mas não como o fator principal no momento de enumera-los prioritariamente;

Na questão se um assistente social pode contribuir para uma gestão participativa nas escolas para o combate a evasão escolar, de maneira unanime afirmam a relevância da participação de um assistente social, admitindo ser um constante desafio para os profissionais da educação discutir e propor alternativas para as questões sociais e o seu contexto de atuação, além ser uma oportunidade impar para esclarecer e orientar as equipes da gestão escolar.

Outra questão fundamental foi levantada se a evasão escolar é o principal fator a ser discutido na gestão escolar. Todos afirmam que a evasão é um dos principais fatores discutidos nas escolas, entretanto, a qualidade do ensino, a gestão de recursos e alimentação seriam outros fatores de grande prioridade nas discussões da gestão escolar e de sua comunidade.

Outras inferências puderam ser percebidas como a frequência dos estudantes como principal instrumento de controle da evasão escolar, como também, neste procedimento com méritos, a participação dos professores, orientadores educacionais, supervisores e diretores envolvidos na atuação, o que resulta de uma destacada instrumentalização da gestão participativa das escolas no combate a evasão, quando também se infere que muitos entrevistados afirmaram que os pais ou responsáveis são chamados à escola quando detectada a ausência constante dos estudantes. Em um âmbito gerencial, a pesquisa identificou que as escolas não apresentam dados precisos sobre a evasão escolar, afirmaram que os dados são extremante baixos, admitindo-se que os programas sociais e as leis para o combate a evasão contribuíram para a redução destes indicadores se comparado aos anos anteriores.

Com esta breve pesquisa de campo decorreu confrontar as informações com um Assistente Social, neste sentido foi aplicada uma entrevista com este profissional que atua no município em estudo para uma melhor análise dos resultados, A Assistente atua na área no município de Santana do Livramento-RS há três anos, atuando em diversos segmentos da assistência social como o CRAS (centro de referência de assistência social) de proteção básica com base nos vínculos familiares, e atualmente no programa Bolsa Família. Neste sentido a



Congrega Urcamp 2016

profissional afirma que a atuação do assistente é de identificar famílias que demandam de auxílios encaminhando-os para os grupos específicos de orientação que podem ser para menores e para as famílias com o objetivo de não romperem seus vínculos, quando ocorrem violações do estatuto da criança e do adolescente (ECA) ou leis que garantam a educação e a assistência nas famílias, estas são encaminhadas para o CREAS (centro de referencia especializado de assistência social) sendo assim, a profissional afirma que são inúmeras as demandas das escolas por estas decorrências sócias, como também destaca que as demandas sociais refletem diretamente nas escolas e conseqüentemente na evasão escolar, sendo um dos principais objetos de atuação em sua área.

A assistente social destaca que o programa bolsa família é um dos principais instrumentos de controle da evasão escolar, afirmando que o não cumprimento da frequência dos alunos resulta em suspensão do benefício às famílias, este fator pode também ser destacado nas entrevistas com os gestores das escolas, sendo assim, este auxilio somente e regularizado quando as famílias resolvem esta questão da presença de seus dependentes. No caso da identificação da evasão os responsáveis são chamados e se identificado risco social, estas são encaminhadas para os centros de referencia.

Quando perguntado quais seriam os fatores resultantes para a evasão escolar a mesma destaca que os principais seriam: a violência familiar, a violência nas localidades das famílias, o número de pessoas nas famílias dificultando o seu controle e acompanhamento onde é destacada que o núcleo do município de assistência social realiza palestras nas escolas e programas de educação junto a entidades como a Brigada Militar na orientação dos jovens sobre os problemas de ordem social.

Finalmente a entrevistada destaca que o Assistente Social é capaz de contribuir na gestão participativa não somente ao combate a evasão escolar, mas também as diversas demandas sociais das escolas concordando com as entrevistas feitas pelos gestores escolares, sendo esta a função priori do assistente social em orientar e propor soluções para as referidas questões sociais destacadas recomendando ações conjuntas com governo, educação, assistência e sociedade.



Congrega
Urcamp 2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de perceptível relevância que a comunidade escolar encontra-se diante a um grande desafio em discutir, refletir e praticar as inúmeras demandas sociais aos quais estas, atendem a sociedade e como refletem na qualidade do ensino, nas relações com a comunidade e na evasão escolar. Existem inúmeras correntes que possibilitam a compreensão e a articulação multifuncional de profissionais da educação e da assistência social para a formatação de ações conjuntas, denotando uma amplitude de informações específicas que permitem um cenário mais complexo, capaz de orientar as entidades educacionais em uma gestão participativa no combate a evasão.

Foi possível perceber que as relações familiares são as principais razões para a evasão escolares seguida de dificuldades no transporte de estudantes e mercado de trabalho como os três principais fatores mencionados na pesquisa, foi possível identificar que os programas sociais são instrumentos que controlam de forma eficiente a evasão escolar, haja vista, que estes programas denotam a obrigatoriedade e isto de alguma forma, estimula a participação, mas não resultando na consciência de que os estudantes devem frequentar as escolas por maiores oportunidades em suas vidas por exemplo. Foi possível perceber que a baixa evasão escolar em séries iniciais até o ensino fundamental são reflexos de programas sociais como também o destaque para o estatuto da criança e do adolescente como importantes mecanismos para o acesso a educação e a inclusão, entretanto nas faixas etárias dos jovens a influencia do mercado de trabalho resulta no aumento dos dados da evasão nas escolas.

Apesar dos indicadores terem sido melhorados nos últimos anos, ainda a evasão é um fator importante na discussão da gestão escolar, mas que é dividida com as limitações de recursos e a alimentação dos estudantes.

Os objetivos gerais e específicos puderam ser discutidos quando se percebe que a necessidade de uma contribuição do assistente social na gestão escolar, no combate a evasão e conseqüentemente em outras questões sociais fundamentais. Quanto aos específicos quanto aos fatores da evasão puderam ser identificados em uma ordem prioritária.



Congrega

Urcamp 2016

Também foi possível identificar que a frequência escolar dos estudantes é o principal instrumento de controle da evasão utilizado pela escola, entretanto foi possível verificar que as mesmas entidades não possuem controles estatísticos internos que poderiam qualificar suas análises e abranger maiores elementos como as causas da baixa frequência.

Foi inferida a falta de uma articulação mais eficiente das escolas e os profissionais de um planejamento e ações coordenadas para a resolução e discussão dos problemas sociais sendo de maneira unanime que estes concordam que suas trocas de experiências possam cumprir para melhoria de seus objetos de atuação.

Como limitações desta pesquisa, foi a extensão do olhar da pesquisa para todas as escolas estaduais do município que poderiam decorrer maiores variáveis para o objeto de estudo, a escolha de escolas no centro da cidade pelas escolas das periferias pela simples escolha aleatória por conveniência, o que permitiria por exemplo, descrever fenômenos em classes sociais mais humildes que poderiam expressar maiores dados sobre a evasão. A falta de informações por parte das escolas sobre a evasão e também as informações nas instituições responsáveis sobre dados atualizados, o que infere a necessidade de um controle quantitativo para identificar as informações com maior profundidade.

Como recomendações de pesquisas futuras, poderiam ser discutidos o uso de instrumentos quantitativos para o controle da evasão e da qualidade do ensino em escolas públicas, O desenvolvimento de sistemas em formas de ouvidoria para permitir que os pais possam expressar seus anseios sobre a educação de seus filhos e a qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARAÚJO, Margareth Martins. **A orientação educacional e a organização dos trabalhadores.** In: GARCIA, Regina Leite (org.). **Orientação educacional: o trabalho na escola.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- CESAR, Mônica de Jesus. **Serviço social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional.** In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **A nova fábrica de consensos.** São Paulo: Cortez, 1998.



Congrega

Urcamp 2016

- BRASIL (2015), **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Texto compilado (Vide Lei nº 13.105, de 2015), Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> acesso em 25 de maio de 2016;
- BRASIL. **Presidência da República. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Publicada no Diário Oficial de 23 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.mec.gov.br/legis/default/shtm>. Acesso em 22.05.2008.
- BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: nov. 2012
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências e desafios.** São Paulo, 1998.
- GRINSPUN, Míriam P. S. Zippin. **A orientação educacional: conflitos, paradigmas e alternativas para a escola.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- IMBERNÓN, Francisco. **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato.** Porto Alegre: Artmed, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório, publicações e trabalhos científicos-6.ed.-** São Paulo: Atlas, 2001.
- LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009. ISBN - 978-85-385-0027-8
- PENIN, Sônia et. al. **Progestão: Como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade? Módulo I.** Brasília: Consed. 2001.
- MATTAR, Fauze Najib, **Pesquisa de Marketing- Edição Compacta-3.ed.-** São Paulo: Atlas, 2001.
- NASCIMENTO, Cleusy de F.; SCHNECKENBERG, Marisa. **A trajetória da gestão democrática no ambiente escolar.** Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/kOCvjbQ.pdf>. Acesso em: março. 2016.
- SILVA JÚNIOR, C.; RANGEL, M. **Nove olhares sobre supervisão.** 8. ed. São Paulo: Papirus, 2000.